



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Reunião de 6 de dezembro de 2022)

(Comparecem o vice-presidente do Banco Mundial para a Região da América Latina e do Caribe, senhor Carlos Felipe Jaramillo, e demais convidados)

SENHOR PRESIDENTE (Rodrigo Goñi Reyes).- Havendo quórum, está aberta a reunião.

(São 8h05)

—A Comissão Especial de Futuros do Parlamento dá as boas-vindas à representante residente no Uruguai, senhora Celia Ortega, que nos visita reiteradamente. Desde já, ressaltamos que o Banco Mundial tem trabalhado, participado e colaborado nesse processo que iniciamos em 2020. Também damos as boas-vindas ao vice-presidente do Banco Mundial para a Região da América Latina e do Caribe, senhor Carlos Felipe Jaramillo; à vice-presidente para a Região da América Latina e do Caribe e oficial sênior de Operações, senhora Emmy Yokoyama; ao diretor para Argentina, Paraguai e Uruguai, senhor Jordan Schwartz; ao líder do programa de Desenvolvimento Sustentável, senhor Frank Fragano; à oficial de Assuntos Externos, senhora Valeria Bolla; à assessora metodológica da Comissão Especial de Futuros, senhora Lidya Garrido Luzardo; e à presidente da Unidade Reguladora de Serviços de Comunicação e do Conselho Nacional de Inovação, Ciência e Tecnologia, senhora Mercedes Aramendía.

Participa também, via Zoom, a economista Paula Garda, uma das especialistas que estão trabalhando com esta Comissão.

Como sempre ocorre, todos os partidos estão representados. Damos as boas-vindas à senadora Carmen Sanguinetti, do Partido Colorado, integrante da coalizão de governo; aos deputados Felipe Carballo e Gustavo Olmos, da Frente Ampla; ao deputado Sebastián Cal, do Cabildo Abierto; aos deputados Gabriel Gianoli e Martín Melazzi, da coalizão de governo; assim como aos demais legisladores que forem se juntando a esta reunião.

Em primeiro lugar, além de lhes dar as boas-vindas, queremos mencionar que esta Comissão de Futuros iniciou seu trabalho em 2020, tomando como referência modelos bem-sucedidos de comissões parlamentares de futuros. Iniciamos um trabalho com nossa assessora metodológica da Cátedra da Unesco, senhora Lidya Garrido. Também contamos com o apoio da licenciada Inés Fynn, que, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), trabalha conosco desde o início.

Nosso objetivo tem sido realizar um processo de inteligência coletiva para abordar as questões sob a perspectiva do futuro, a partir de um modelo de antecipação responsável. Quando aprovamos a lei em 2017, com o consenso de todos os partidos políticos, esses termos eram pouco vistos; agora constatamos com satisfação que quase não há documento que não mencione a governança antecipatória. Foi com esse objetivo e com essa base que aprovamos por lei, em 2017, a criação deste espaço. Quando ele começou a funcionar em 2020, convidou legisladores ou, de alguma forma, acordamos integrá-lo com legisladores que compartilhassem essa visão aprovada pela lei.

Perspectiva de futuro, antecipação, inteligência coletiva, colaboração para abordar temas muito complexos que sabemos não poderem ser tratados da mesma maneira que costumávamos fazer. Para isso, integramos de forma permanente um grupo de especialistas de diferentes saberes, principalmente da ciência e da tecnologia. Recebemos a contribuição permanente de mais de cem especialistas de altíssimo nível. Na primeira publicação que fizemos, vocês podem ver que, em todas as áreas, buscamos traçar um panorama dos principais desafios que tínhamos como Uruguai — e que, naturalmente, qualquer país do mundo tem: trazer o futuro para o presente. Isso, de alguma forma, definiu a agenda, e iniciamos este ano com o trabalho do futuro e o futuro do trabalho.

Nesse campo, também recebemos uma contribuição muito valiosa do Banco Mundial. Devemos dizer que ela foi recebida na mesma linha em que vínhamos recebendo contribuições de outras instituições e dos especialistas que nos acompanham. Também apresentamos alguns temas e necessidades que envolvem estudos; por isso, agradecemos a generosidade do Banco, que perguntou à Comissão de Futuros qual era a principal demanda ou necessidade mais urgente para esse processo. Metodologicamente, no início, precisávamos realizar consultas à sociedade civil, contribuição que foi de enorme utilidade. Como sempre dizemos, além de abordar, entender e compreender os principais desafios — o que já tem valor por si só —, é muito difícil que o Parlamento aborde a transformação digital ou tudo o que diz respeito ao futuro do trabalho sem compreender para onde apontam as tendências e os fenômenos emergentes.

Portanto, em primeiro lugar, devemos compreender e, naturalmente, como sempre dizemos, não estamos aqui para fazer previsões do futuro, mas para agir no presente a partir do que vamos observando. A ideia é que este Parlamento, em sua função parlamentar, também vá constatando a necessidade de normas, pois as que vislumbramos aqui e que estão em discussão no mundo não são fáceis, mas iremos concretizá-las.

Estamos muito satisfeitos com a forma como estamos trabalhando. Prova disso é que, na primeira Cúpula Mundial de Parlamntos de Futuros, o Uruguai foi escolhido por consenso para sediar o evento no próximo ano. Isso não foi por acaso, pois, naturalmente, as comissões de futuros que vêm trabalhando são, por assim dizer, zelosas quanto à metodologia adequada. Aqui não cabe improvisação, pois ela poderia causar um dano muito maior do que não fazer nada. Portanto, nós, que nos denominamos Comitês Parlamentares de Futuros, seguimos uma mesma

metodologia para abordar os grandes temas. Também começamos a usar uma linguagem comum quando fizemos nossa apresentação na Finlândia. Por isso, todos seguimos uma mesma linha, que permite a colaboração entre todos os parlamentos, porque os temas são os mesmos. Essa colaboração, que assumimos internamente e que é absolutamente necessária para trabalhar em inteligência coletiva, também já começamos a realizar com outros países do mundo.

Outro efeito colateral desse fenômeno de polarização tão atual é, muitas vezes, limitar ou impossibilitar a abordagem desses temas. Se estamos trocando ataques o dia inteiro, dificilmente poderemos falar do médio e longo prazo ou de temas que exigem abertura, diálogo, intercâmbio ou concessões difíceis de concretizar nesse contexto. Esta Comissão também vem fazendo esse trabalho, pois é reconhecida pelo restante do Parlamento como um espaço de abordagem de temas de médio e longo prazo.

Além disso, como mostram os documentos que aprovamos, há uma abordagem preocupada com a maneira de tratar esses temas para continuarmos integrados ao mundo, e também com suas ameaças, que vão das ameaças climáticas, ou seja, ambientais, até a desigualdade. Se esses desafios e ameaças não forem abordados em espaços como este, sem dúvida e inexoravelmente se agravarão.

Com essas breves pinceladas, queríamos fazer uma apresentação muito sucinta. Temos muitas expectativas, inclusive no âmbito da União Interparlamentar, pois ela incluiu em sua agenda a Cúpula que realizaremos.

Também recebemos todos os dias, com muita expectativa, convites para começar a compartilhar a experiência. O Parlatino nos pediu que assumíssemos a área de estudos de futuro da academia que começará a funcionar em 2023 e ficará a cargo de nossa escola de governo. Acredito que seja a primeira escola de governo parlamentar do mundo a iniciar a formação dessas capacidades. Temos muita clareza de que é imprescindível nos formarmos nas capacidades e competências de antecipação, pois não se aprendem da noite para o dia. A senhora Lidya Garrido lidera esse processo. O Parlatino também nos pediu que, no próximo mês de fevereiro, ajudássemos a constituir um espaço como este em nível latino-americano.

Portanto, cada um em seu partido e em sua política conjuntural tem várias tarefas, sem deixar de participar dos embates diários que também fazem parte disso, com o compromisso de que este espaço também é parlamentar e tem uma função cuja enorme utilidade vamos comprovando e constatando. Como legisladores, que a cada cinco anos precisamos nos apresentar à cidadania, confiamos que ela também reconhecerá neste trabalho a utilidade e a conveniência de que esses legisladores permaneçam em seus lugares para ocupar esses espaços.

Sem mais, passamos a palavra ao senhor Jaramillo.

SENHOR JARAMILLO (Carlos Felipe).- Bom dia e muito obrigado.

É um grande prazer para mim e para a equipe do Banco Mundial estar aqui com vocês no Parlamento uruguaio. É realmente uma honra, pois poucas vezes temos a oportunidade de visitar parlamentos. Chamou-me muito a atenção, desde que ouvi falar da criação desta Comissão e de seu trabalho sobre o futuro, particularmente em relação aos empregos do futuro, que é uma preocupação que compartilhamos em toda a América Latina e no mundo inteiro, desde que começaram a aparecer certas tendências preocupantes sobre como o mundo do trabalho vem mudando em decorrência das grandes transformações tecnológicas. Por esse motivo, pedi à senhora Celia Ortega que entrasse em contato com a Comissão para fazer uma visita e cumprimentá-los.

Realmente, viemos ouvir e aprender com vocês sobre a metodologia, sobre o que estão antecipando e como trabalham, porque gostaríamos muito de levar boas experiências de um país a outro, algo que faz parte da natureza do Banco Mundial.

Por fim, quero dizer que o Banco Mundial é uma entidade que, além de seu braço financeiro de concessão de empréstimos e apoio financeiro aos países, principalmente por meio dos ministérios de Finanças e Economia, tem um componente muito grande de estudos e técnicos dedicados às questões mais urgentes dos países. Para esse tema do emprego futuro, temos um grupo multidisciplinar que trabalha há vários anos, produzindo documentos e artigos que espero que tenham recebido; caso contrário, enviaremos o que tivermos de mais recente em nível global e para alguns países em particular. A vantagem é que o grupo tem não apenas especialistas conceituais que conhecem bem o tema, mas também pessoas em interação contínua com nossas equipes em cada país. Estamos presentes em aproximadamente cento e vinte países. No Banco Mundial, somos pouco mais de cento e noventa países membros, mas atuamos ajudando os países que ainda são clientes do Banco Mundial, pois necessitam de apoio técnico ou financeiro, em cerca de cento e vinte países. Temos essa interação constante, assim como escritórios em todos esses países.

Por sua vez, aprendemos muito com o que acontece. O Uruguai sempre foi um país com o qual o Banco aprende muito, pois é um dos países mais avançados — pelo menos na América Latina e, em geral, entre todos os membros do Banco que são clientes — e está enfrentando problemas de quarta geração. São problemas mais novos. Por isso, temos tanto interesse em ouvir e aprender com vocês.

Muito obrigado.

SENHORA SENADORA NANE VINCON (Silvia).- Bom dia a todas e a todos.

Anotei algumas coisas para refletirmos juntos e avaliarmos a possibilidade de encontrar oportunidades de trabalho em conjunto.

Quero fazer uma introdução muito breve. O Uruguai é um dos muitos países da América Latina com uma economia bastante primarizada. É aí que acredito que podemos começar a trabalhar, ainda mais no contexto de onde viemos, de crescente mercantilização do conhecimento e da produção. Acredito que às vezes nos acontece, como dizia Rodrigo Goñi, que os parlamentos em particular e os Estados em geral acabam sempre legislando, regulamentando ou regulando de forma reativa. Queremos mudar esse modo de proceder para desenvolver a governança antecipatória.

Além disso, como bem dizia Rodrigo Goñi, a governança antecipatória exige tentar olhar além da conjuntura e das situações particulares. Para que isso faça sentido e se traduza na participação das pessoas — que, em última análise, é o que o sustentará no longo prazo —, além de fazer bem as coisas, é preciso haver boa comunicação. Acredito que a pandemia nos ensinou bastante nesse sentido, pois todos acabamos falando de RNA e de muitas coisas que não conhecíamos, justamente porque a ciência precisou entrar em campo na participação social, já que não havia vacinas nem confiança. Portanto, a comunicação é uma das formas de gerar confiança.

Quando estivemos na cúpula na Finlândia e na Suécia, uma das coisas que mais me chamou a atenção foi que várias empresas tinham seus objetivos de negócios baseados em ciência produzida pelas Nações Unidas. Elas usavam isso como uma forma de se avaliar, não apenas em relação a objetivos de negócios, mas também a objetivos que nos transcendessem como comunidade mundial. Quando se alcança confiança em função desses indicadores que importam a todos nós, acredito que se obtém um grau de confiança e participação que sustenta muito mais do que os acordos políticos de médio e longo prazo, pois os acordos políticos se mantêm por um período, mas os acordos sociais têm muito mais permanência, já que são, em última análise, os que geram laços comunitários.

Há um aprendizado em observar para onde vamos e poder sustentar esse caminho com indicadores. Esse é um aspecto que me parece muito interessante e no qual se pode trabalhar: a geração de indicadores de impacto tanto para as regulações quanto para as políticas públicas, entendendo que isso está nos ajudando a chegar aonde queremos.

Para finalizar, em relação ao trabalho do futuro e ao futuro do trabalho — sobre o que temos conversado com Celia Ortega —, quero mencionar uma oportunidade muito interessante de trabalho no campo dos cuidados. Vocês conhecem melhor do que nós toda essa dinâmica. Há um movimento importante para que nós, mulheres, tenhamos mais participação no mercado de trabalho, mas isso é impossível se não avançarmos nas políticas de cuidados. Essas políticas são, por sua vez, se as olharmos de forma circular, uma oportunidade de trabalho para muitas pessoas. Além disso, há aspectos como a tecnologia — pensando em 5G —, sem deixar de lado, entre tantas outras coisas, o que devemos a nós mesmos como comunidade: os cuidados. Se conseguirmos integrar por esse caminho, será possível desenvolver oportunidades. Celia sabe que essa parte me mantém

preocupada e ocupada, porque considero que há uma oportunidade muito interessante, não apenas para incorporar mulheres ao mercado de trabalho, mas também para permitir que outras mulheres ingressem nele e chegar a regulações que exigem um estudo de impacto importante e um estudo econômico, já que podemos começar a testar aspectos como as licenças parentais. Isso exige uma análise de impacto para ver como estamos no sistema de cuidados, não apenas no plano formal, mas no que foi implementado. Portanto, precisamos de elementos de uma política de seguridade social mais integral do que a que temos. Isso seria importante; há várias coisas a considerar.

Concretamente, há dois aspectos: por um lado, tentar definir indicadores de políticas de futuro e de regulações possíveis para gerar sinais de para onde vamos; por outro, o que diz respeito à economia apresentada, aos cuidados ou como queiramos chamar. Acredito que são dois pontos interessantes para trabalhar.

Muito obrigada.

SENHORA SENADORA SANGUINETTI (Carmen).- Damos as boas-vindas à delegação. É um prazer para nós compartilhar esta manhã com vocês.

Quero fazer alguns comentários.

Como bem dizia o deputado Goñi, esta Comissão tem uma metodologia e um objetivo muito específico, definido. Acredito que não devemos esquecer que, como Comissão de Futuros, temos a convicção de ajudar a trazer o futuro para o presente, para todo o Parlamento, para a forma como trabalhamos aqui. Alguns de nós somos bastante críticos em relação à metodologia e ao papel dos assessores.

Acredito que a Comissão de Futuros está sendo um farol no que diz respeito às sinergias entre assessores e legisladores. Sem dúvida, o Uruguai tem muitos profissionais e acadêmicos de grande destaque nacional e internacional e, nesse sentido, esta Comissão tem sido um bálsamo de sinergias. Para nós, tem sido um prazer poder realizar esses intercâmbios mensalmente durante todo o ano. Talvez existam oportunidades de replicar isso em outras comissões, tanto a sinergia entre legisladores e assessores quanto as sinergias internacionais.

Na Finlândia, destacou-se como é bom que todos os legisladores estejam juntos e possam trocar ideias. Eu propunha, por que não, pensar em aproveitar e de alguma forma aprofundar essa sinergia entre os assessores e vocês, que, como Banco, têm escritórios em cento e vinte países. Sem dúvida, podem ser um veículo para facilitar isso.

Em relação ao futuro do trabalho, compartilho algumas das inquietações ou preocupações mencionadas pela senadora Nane.

Especificamente, no que diz respeito à reinserção das mulheres, vejo uma oportunidade de trabalho muito significativa em nosso país. Como vocês sabem, muitas mulheres, em algum momento de sua trajetória profissional, deixam o sistema, o mundo do trabalho, seja pelo nascimento de determinado número de filhos, pelo nascimento de um filho com deficiência ou por diversas outras razões.

Como bem sabemos, muitos países são exemplos em políticas de reinserção das mulheres no trabalho. Nesse sentido, o Uruguai está atrasado, e não podemos ignorar que, pela escala de nosso país, seria interessante aprovar algumas normas para eventualmente replicá-las.

Quero apenas agradecer a participação de todos e manifestar o entusiasmo por continuar aprofundando o trabalho nesses temas.

Muito obrigada.

SENHOR PRESIDENTE.- Passamos a palavra a Lydia Garrido, que integra a Cátedra da Unesco em Antecipação e Futuros, participa de muitos espaços de futuros e foi de enorme valor para nos iniciar nesse processo.

SENHORA GARRIDO LUZARDO (Lydia).- Bom dia a todas e a todos.

Muito obrigada, presidente, vice-presidente, integrantes da Comissão de Futuros e delegação do Banco Mundial. Realmente, tem sido e continua sendo um prazer este trabalho conjunto, esta prática de inteligência coletiva.

Como digo, uma coisa é usar as palavras, outra é colocá-las em prática.

A experiência do Uruguai com a Comissão de Futuros é duplamente inovadora: por um lado, por esse novo modo de nos posicionarmos nos processos de criação de conhecimento, de forma interdisciplinar e transdisciplinar; por outro, por buscar trazer o futuro para o presente.

Esta Comissão tem o propósito de trabalhar capacidades e competências amplas, e acredito que uma ambição é levá-las ao conjunto da sociedade. Embora isso se alimente de especialistas em diversas áreas, a questão é compreender a pluralidade de conhecimentos e de saberes e que precisamos de metodologias. Aí reside a importância do método e das abordagens para tornar isso possível.

Estamos sofrendo com o que, em determinado momento, significou um grande avanço: essa divisão do conhecimento em parcelas que herdamos dos séculos XIX e XX. O contexto atual em que vivemos exige um salto de paradigma, aprender a olhar os problemas de forma diferente; para isso, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a inteligência coletiva e a cocriação de conhecimentos são aspectos fundamentais.

Quanto à questão técnica de futuros, esta Comissão não se limita exclusivamente ao exercício de estudos prospectivos, como, por exemplo, cenários para 2030, 2040 e 2050. Essa informação existe e é produzida, mas o que importa é como ela pode ajudar quem toma decisões — neste caso, os parlamentares — a se orientar no presente e ampliar as alternativas, não apenas em quantidade, mas também em qualidade. Ou seja, não ter muitas alternativas de mais do mesmo, e sim alternativas diferentes, que nos permitam dar sentido à novidade e ao que emerge.

Para usar o exemplo utilizado pela senadora Silvia Nane, acredito que isso é o que a covid nos trouxe. Além de todas as desgraças e de tudo o que tivemos de lamentar, também foi uma oportunidade de aprendizado. Daí a importância de trabalharmos não apenas com o conhecido — do passado, muitas vezes de forma reativa —, mas também com o desconhecido. É na novidade que existem oportunidades.

Para encerrar minha intervenção, quero dizer que, por meio dos diferentes especialistas e colaboradores, trazemos vínculos com várias redes, entre elas o Millennium Project — um “fin tan” global presente em mais de oitenta países e do qual tenho o privilégio de ser coordenadora aqui no Uruguai —, a rede de Cátedras da Unesco em Antecipação e Futuros e outras redes de prospectiva na América Latina.

SENHOR PRESIDENTE.- Passamos a palavra à doutora Mercedes Aramendía, uma das especialistas que nos acompanham. Ela não apenas é presidente da Unidade Reguladora de Serviços de Comunicações, como também preside o Conicyt (Conselho Nacional de Inovação, Ciência e Tecnologia do Uruguai), que reúne todos os atores públicos e privados.

É um privilégio contar com Mercedes. Pedimos-lhe uma breve reflexão sobre o que estamos fazendo para conhecer sua visão.

SENHORA ARAMENDÍA (Mercedes).- Muito bom dia a todos. Muito obrigada pelo convite. É um prazer acompanhá-los. Peço desculpas por não ter podido estar aqui desde o início, mas tinha outros compromissos que não podia adiar.

Integrar a Comissão de Futuros do Parlamento, como parte da comissão de especialistas, tem sido não apenas uma honra, mas também um orgulho que nos permitiu contribuir ativamente a partir de diversas perspectivas, obrigando-nos, como dizia Lydia, a trazer o futuro para o presente e complementando-nos nas diferentes visões. Sem dúvida, o trabalho tem sido muito rico.

Quando nos reunimos os diversos especialistas que temos a oportunidade de estar na Comissão, vemos as várias análises realizadas pela Comissão de Futuros, as linhas de trabalho que ela tem seguido ao longo desse período e ouvimos as diversas perspectivas. Todos temos formações diferentes e vamos nos enriquecendo com a diversidade de visões. Acredito que isso é muito

importante porque, sem dúvida, a diversidade é fundamental para construir de forma proativa; precisamos conseguir integrar a variedade, que é o que nos enriquece.

Ao chegar, tive a oportunidade de ouvir a senadora Nane fazer referência aos acordos sociais e à sua importância, assim como à importância dos indicadores. Em geral, esse é um aspecto que gosto muito de destacar: a importância e a necessidade de trabalhar uma cultura. Acredito que, para isso, é fundamental construir com base em acordos sociais, pactos e alianças que vão além de um momento e das questões partidárias. É fundamental buscar políticas nacionais de longo prazo para que o país como um todo possa avançar tanto nos temas sociais e culturais quanto no desenvolvimento e no bem-estar econômico e social.

Quanto aos indicadores, desde 2020 estamos trabalhando no Conicyt (Conselho Nacional de Inovação, Ciência e Tecnologia) na avaliação do Plano Estratégico Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Pencti, como é chamado, foi aprovado em 2010. É um plano muito bom. Na época, definiu as necessidades que o país apresentava em 2010 para avançar no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Embora seja um plano muito bom — ainda hoje a missão e a visão podem ser plenamente compartilhadas —, uma das grandes falhas que encontramos foi a falta de indicadores. Por que os indicadores são tão importantes? Porque nos permitem medir, acompanhar e fazer autocritica para melhorar. Por isso, no Conicyt, trabalhamos nos últimos dois anos para avaliar o plano.

Nesse sentido, realizamos várias oficinas e contratamos uma consultoria, cujo trabalho já foi publicado. Depois, com base nos insumos gerados, o próprio Conselho produziu um relatório que aprovamos ontem e que em breve publicaremos em nosso site. É um relatório bastante crítico. Procuramos fazer uma análise SWOT para identificar as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças que tivemos no Pencti, justamente para aprender com esses doze anos e começar a trabalhar em um novo Pencti.

Um dos principais aspectos destacados foi a necessidade de buscar indicadores que nos permitam medir, acompanhar e avaliar em períodos curtos ou médios, para continuarmos evoluindo, pois tudo muda cada vez mais depressa, as necessidades sociais variam e é importante respondermos de acordo com elas.

Também vou fazer referência a algo que a senadora Sanguinetti mencionava sobre a importância de gerar trabalho em todo o ecossistema. É fundamental o trabalho do Parlamento, o que pode ser feito pelo Poder Executivo, pela academia e pela associação civil; não quero deixar ninguém de fora do ecossistema. Justamente, um dos aspectos muito positivos do Conicyt é sua composição: há representantes do Poder Executivo, dos entes do Estado, do Congresso de Intendentes, da Administração Nacional de Educação Pública (ANEP),

da Universidade da República, das universidades privadas, do PIT-CNT, representantes dos trabalhadores, do setor produtivo e do sistema nacional de pesquisadores. Sem dúvida, quando fazemos uma análise ou estamos trabalhando, vemos como se integram as diferentes visões e perspectivas que nos permitem chegar a análises mais completas e integrais.

Como bem dizia Lydia, considero importante e fundamental destacar a importância de buscar papéis articuladores a partir das diversas perspectivas, integrando-as com objetivos claros e vendo como podemos trabalhar todos juntos para trazer o futuro para o presente. Tenho certeza de que não há modelos únicos, pois isso depende do contexto e da realidade de cada país e de cada situação, assim como dos objetivos pretendidos. Para isso, é fundamental estabelecer agendas, metas e indicadores.

Para encerrar, quero dizer que o Poder Executivo, por meio do Ministério da Educação e Cultura, anunciou a intenção de trabalhar em um novo Pencti. A ideia é começar neste ano, considerando o que aprendemos nesses doze anos com o Pencti anterior, assim como os insumos recolhidos nas diversas oficinas, consultorias e relatórios, para trabalhar em um novo plano que nos permita avançar todos juntos, buscando uma política nacional.

Também considero interessante destacar que, na semana passada, o Ministério da Educação e Cultura anunciou que vinha trabalhando em consultorias para abordar o redesenho institucional da ciência, da tecnologia e da inovação. De fato, vários legisladores aqui presentes acompanharam esse trabalho. É fundamental integrar os diferentes papéis com suas diversas perspectivas para chegar a um resultado melhor.

Quero agradecer especialmente esta oportunidade, que é fundamental para o desenvolvimento conjunto de nosso país.

Fico à disposição para colaborar no que puder.

Muito obrigada.

SENHOR PRESIDENTE.- Estamos muito entusiasmados com esse processo.

A maioria de nós ocupou cargos no Executivo, em diferentes partidos; metade é oposição e metade pertence a este governo, mas a oposição foi governo no período anterior.

Estamos convencidos de iniciar esse processo aqui, no Parlamento. Por quê? Como vocês sabem — o Banco Mundial já o fez, e os Executivos também —, esses processos devem contar com a participação e o envolvimento dos representantes da cidadania, que geralmente são os que depois executam, concretizam e legislam, pelo menos no médio prazo e, com mais razão, no longo prazo.

São produzidos trabalhos muito bonitos. Vi trabalhos realmente excelentes de ler, com os quais aprendemos muito, mas nós, parlamentares, temos a obrigação e o dever de explicar o que está acontecendo na política de hoje. Nós, assim como o ministro da Indústria, Energia e Mineração e a presidente do Conicyt, podemos ter muita clareza sobre os desafios climáticos, ambientais e tecnológicos, mas a cidadania também precisa tê-la. Sobretudo em países como os nossos, que continuam sendo muito centrados no Parlamento. A maior parte da imprensa está aqui; como sempre, ela entrevistará o governo e a oposição. Assim, a cidadania sabe que há uma razão para essas vozes e esses temas serem tratados. Por isso, nossa insistência. É um esforço; é um desafio.

Em quinze minutos, os senadores têm sessão do Senado, nestes últimos dias do ano, e nós, deputados, temos várias normas a concretizar e discutir nestas duas últimas semanas. Mas sabemos que este espaço vale a pena e exige um esforço. Por isso, pedimos que nos ajudem. Há muitas coisas em que instituições como o Banco Mundial podem nos ajudar e colaborar. Como demonstramos, são esforços que têm eficácia e efetividade. Era isso que queríamos transmitir.

Em instantes, a delegação terá uma reunião com a senhora vice-presidente, que, por presidir a sessão do Senado, tem os minutos contados.

SENHOR JARAMILLO (Carlos Felipe).- Agradecemos o tempo que nos dedicaram. É muito interessante e acredito que corresponde bastante às expectativas que eu tinha de um espaço muito especial neste Parlamento, pensando além do presente em alguns dos maiores desafios não apenas da região, mas de todo o mundo. Parablenzo-os por esse trabalho.

Desde já, quero colocar à disposição todo o conhecimento e apoio que o Banco Mundial possa oferecer, seja sobre experiências específicas de países, regionais ou globais. No que pudermos colaborar nesse empenho, contem conosco.

Justamente, no Conselho Diretor do Banco Mundial em Washington, hoje se discute a estratégia de apoio do Banco Mundial ao Uruguai para os próximos cinco anos. Nela se explica a situação do país e os desafios que está enfrentando. O Banco atuará em duas linhas, sobretudo em temas relacionados aos desafios da mudança climática, que aqui se manifestam de várias maneiras, incluindo agricultura, pecuária e água, e em temas relacionados ao que estávamos discutindo, como o emprego, o trabalho do futuro e como ajudar o Uruguai a enfrentar o desafio de capacitar e desenvolver as habilidades necessárias para o futuro, tanto para os jovens quanto para aqueles que tiveram dificuldades de inserção em um mercado de trabalho diferente, que continua se transformando e mudando. Essas são as duas grandes linhas de ação nas quais trabalharemos nos próximos cinco anos. Era isso, brevemente, o que queria dizer.

Agradeço muito o tempo de vocês e espero que possamos continuar desenvolvendo essa colaboração.

Obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Para terminar, queremos agradecer, em nome de toda a Comissão e também do Parlamento, a colaboração e o envolvimento da representante do Banco Mundial, que participou e veio várias vezes a este Parlamento.

Quero destacar que Celia Ortega nos perguntou do que precisávamos; não disse que tinha algo para nos dar. Realmente, o que pedimos ao Banco Mundial era o que necessitávamos naquele momento. Tratava-se de um trabalho importante, com um custo económico, que foi de enorme utilidade para nós. Além disso, também nos permitiu participar da definição do trabalho solicitado.

Para nós, isso foi muito importante, porque, como Parlamento — vocês sabem —, é muito diferente que o Banco Mundial venha e nos traga algo, situação em que também teríamos de explicar ao restante dos parlamentares por que o Banco Mundial nos trouxe aquele trabalho ou relatório, de podermos transmitir — como transmitimos ao restante dos parlamentares — que pedimos esse trabalho ao Banco Mundial e participamos do subdesenho. Pedimos que continuem fazendo isso.

Agradecemos a todos o comparecimento no dia de hoje.

Não havendo outros assuntos, encerra-se a reunião.

(São 8h55)

Montevideu, Uruguai. Poder Legislativo.